

A bancada do PMDB se esfacela na Constituinte

FLAMARION MOSSRI

Dos 304 constituintes eleitos pelo PMDB, 28 já deixaram o partido até agora e outros 93 romperam com o governo Sarney. Dos que saíram e entre os que se consideram desligados de compromissos com o Palácio do Planalto, cerca de 60 estão dispostos a organizar novo partido de centro-esquerda.

Dos 28 ex-peemedebistas, 16 são classificados de "históricos" e integrantes da facção de centro-esquerda. São considerados certos para o novo partido, ao lado de muitos dos que assinaram o documento de rompimento com o governo, entregue na última sexta-feira a Ulysses Guimarães pelo senador José Richa.

O deputado mineiro Pimenta da Veiga, que deixou o PMDB juntamente com outros sete do seu Estado, tem mantido contatos com parlamentares dissidentes com o objetivo de preparar a organização do novo partido. O ex-governador Franco Montoro esteve em Brasília na semana passada examinando o mesmo tema.

Há expectativa de adesão de representantes do PFL, do PDS e do PTB. "Acho que o novo partido corre o risco de abrigar conservadores e governistas descontentes e frustrados e isso poderá ser um mau começo", desabafou Cristina Tavares (PE), que já se desligou do PMDB e tem discutido a formação de uma nova agremiação.

"O novo partido deverá abrigar políticos de caráter, prioritariamente", afirmou Pimenta da Veiga. O deputado Artur da Távola (RJ), que assinou o manifesto de rompimento com o governo, admite deixar o partido, mas num movimento coletivo,

junto com pelo menos 50 peemedebistas. "Iniciativa isolada não tomarei", disse. Também do Rio e rompido com o Planalto, Miro Teixeira poderá não ingressar no novo partido, se nele ingressarem "certas pessoas" — que ele não revelou. Nesse caso, iria para o PDT.

Dos parlamentares que já deixaram o PMDB devem participar de nova agremiação, entre outros, Fernando Lyra (PE), José Costa (AL), Cristina Tavares (PE), José Carlos Sabóia (MA), Abigail Feitosa (BA), e os mineiros Pimenta da Veiga, Carlos Mosconi, Carlos Cotta, Célio de Castro, Mauro Campos, Roberto Brant, Octávio Elisio, Luiz Otávio e Ziza Valadares.

Pela avaliação dos coordenadores do rompimento com o governo, dos 93 dissidentes, no máximo 50 poderiam ingressar em novo partido, de doutrina social democrática. Para eles, será fundamental a participação de Mário Covas, José Richa, Euclides Scalco, Fernando Henrique e do ex-governador Franco Montoro. Numa segunda etapa esperam contar com os governadores Waldir Pires (BA), Carlos Bezerra (MT), Max Mauro (ES), Pedro Simon (RS) e Miguel Arraes (PE).

Há informações de que alguns dos que romperam com o governo, a curto prazo, sairiam do PMDB, sem esperar o final dos trabalhos da Constituinte, nem a convenção nacional de 5 de junho. O deputado Paulo Ramos, por exemplo, poderá sair candidato a prefeito do Rio pelo PSB.

O casal Gérson e Rita Camata não assinou o documento de rompimento com o Planalto, mas poderá deixar o PMDB na próxima semana. O destino do senador e da deputada seria o PTB, tendo em vista que parlamentares ligados ao go-

vernador Max Mauro devem apoiar novo partido de centro-esquerda. O casal Camata está rompido com o governo do Espírito Santo.

Fernando Lyra poderá ser candidato a prefeito de Recife por um partido "nânico" ou pela nova agremiação. A Constituinte deverá aprovar emenda apresentada por Ziza Valadares (MG), inspirada por Pimenta da Veiga, permitindo a pelo menos 30 parlamentares a criação de partido provisório, em condições de participar das eleições municipais deste ano. Pimenta da Veiga já está examinando problemas legais para organizar o novo partido, mas ainda não decidiu se será candidato a prefeito de Belo Horizonte.

O senador José Richa, um dos mais dispostos a deixar o PMDB, afirmou que ainda não saiu "por cortesia" a alguns amigos, entre os quais Mário Covas e outros do Paraná. Da bancada paulista do PMDB os deputados que romperam com o governo só deixariam o partido seguindo o líder Mário Covas. "Sem o Covas será suicídio criar nova agremiação", disse Robson Marinho, com a concordância de Antônio Perosa, Geraldo Alkmin, Koyu Iha e José Carlos Grecco.

O desligamento do PMDB dos que romperam com o governo, de um modo geral, não ocorreria a curto prazo. São três as datas-limites: a promulgação da nova Constituição, a convenção nacional de 5 de junho e após as eleições municipais de 15 de novembro.

Há estados com situações típicas. Os moderados da Bahia, por exemplo, só aceitarão romper com o Planalto sem condicionar a saída do partido se a Constituinte aprovar quatro anos para Sarney. O texto foi alterado para atendê-los.

Brasília/Agência Estado

Ermírio será convidado para o partido de Covas

EYMAR MASCARO

O senador Mário Covas quer levar para o novo partido que está ajudando a formar o empresário Antônio Ermírio de Moraes e, se possível, outros empresários de São Paulo cujo pensamento político se assemelha ao seu. O senador se refere a empresários que nos últimos 20 anos criticaram a política econômica do governo que após a eleição de Tancredo Neves deram apoio ao governo e aos ministros da Nova República.

A vontade de Covas de levar Ermírio para o seu novo partido foi confirmada pelo deputado Arnaldo Jardim, (PMDB), exercendo seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa e que faz parte da ala de deputados que se autodenominam "Independentes" ou "progressistas".

Esta não é a primeira vez que Covas tenta resgatar Ermírio para o mesmo partido: embora tivesse apoiado Orestes Quércia, o senador mais votado do Brasil fez elogios ao empresário na campanha para o governo de São Paulo em 86. Após o resultado das eleições os dois se encontraram por mais de uma vez e o senador chegou a sondar a hipótese de Ermírio ingressar no PMDB e eventualmente tentar a Presidência da República por este partido.

Antônio Ermírio se desligou do PTB depois que perdeu a eleição de governador, mas seus aliados garantem que foi um desligamento temporário, a exemplo do prefeito Jânio Quadros, que também está licenciado do partido. Mário Covas reconhece que Antônio Ermírio tem um grande potencial de votos em São Paulo: nas eleições de 1986, com um colégio de 16 milhões de eleitores e concorrendo pela primei-

ra vez contra fortes candidatos como Orestes Quércia (PMDB) e Paulo Maluf (PDS-PFL), Antônio Ermírio conseguiu três milhões e 600 mil votos, chegando a ganhar a eleição na Capital e em cidades que sempre se notabilizaram pelo apoio ao PMDB, como o município de Santos.

Mesmo declarando que não é candidato à sucessão de Sarney, o nome de Antônio Ermírio aparece entre os mais votados nas pesquisas, juntamente com os de Leonel Brizola, Orestes Quércia, Aureliano Chaves e Paulo Maluf.

TÁTICA DO SENADOR

O senador Mário Covas pretende romper com o presidente José Sarney e manter em São Paulo a aliança com o governo estadual. Isto porque Covas é candidato à sucessão de Quércia em 1990 e não será conveniente para sua campanha romper radicalmente com o atual governador. Além disso, o senador ficou satisfeito com a reunião que teve com Quércia há 15 dias, porque o governador lhe garantiu não ter escolhido o candidato a sua sucessão. O encontro de Quércia com Covas irritou o vice Almino Afonso, que chegou a divulgar uma nota irônica contra Quércia, quando decidiu abrir mão de ser um dos condutores da elaboração de um plano de emergência que o PMDB entregará ao presidente da República na tentativa de resgatar o País da crise.

Apesar de não romper com Quércia, Covas mantém-se irredutível em não participar da prévia do PMDB do dia 24 de abril para a escolha da chapa do novo diretório regional a ser eleito em 8 de maio. Mário Covas acha que a prévia está com "cartas marcadas", favorecen-

do o grupo Quércia. Ontem o governador defendeu a posição de que os dissidentes devem "obedecer as decisões do partido". "Mas, do jeito que as coisas estão, acredito que políticos como Covas e Fernando Henrique Cardoso deixem o PMDB", lamentou Quércia, em Campinas.



Covas e Ermírio, enfim juntos

Para Touraine, o velho venceu

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — O resultado do recente e interminável debate sobre presidencialismo e parlamentarismo no País foi uma demonstração clara das dificuldades da vida política brasileira de se organizar em torno de uma política representativa. O que prevaleceu foi a orientação mais arcaica de participação em que predomina um componente definido como nacional-popular, que deverá subsistir no Brasil ainda durante os próximos anos. Essa tendência foi não só representada por partidos populistas, como PDT e PT, mas também por seus aliados objetivos, na ocasião, o presidente da República, a política dos governadores e o clientelismo. A análise foi desenvolvida em entrevista exclusiva a O Estado pelo professor Alain Touraine, sociólogo francês, especialista em América Latina, diretor de estudos da Maison des Sciences de l'Homme, de Paris.

Ele destaca o fracasso do PMDB, um "partido-ônibus", que constituiu importante instrumento para a saída da ditadura, mas já esgotou a missão, e prevê sua rápida implosão. Esse partido é comparado ao afonsismo espanhol, que desempenhou idêntico papel na transição franquista, mas não pôde conservar a fórmula intermediária de reunir em seu interior as duas tendências distintas: "O período do PMDB todo-poderoso, que pretendia reunir, ao mesmo tempo, a política de participação e a representativa, chegou ao fim".

Alain Touraine acredita que o Brasil iniciará a verdadeira fase de transição, assistindo, a partir da implosão do PMDB, ao nascimento de dois partidos: um representando os elementos modernos patronais, conservadores e liberais; outro, um partido igualmente moderno, mas do tipo social-democrata, essencialmente representativo dos assalariados.

CORONEL DO BRASIL MODERNO

O debate dos últimos meses no Brasil, a seu ver, nada mais foi que o choque entre as duas estruturas — moderna e tradicional. Individualmente, o grande perdedor foi o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que acabou desempenhando o papel de "coronel do Brasil moderno". O sociólogo francês faz questão de salientar seu respeito pelo político brasileiro, reconhecendo seu importante papel no tempo em que

chefeou a oposição à ditadura militar.

Para Touraine, a idéia de democracia é relativamente nova na América Latina, e, particularmente, no Brasil, onde, quando tudo caminhava bem, tinha-se um sistema de "participação ampliada"; quando as coisas iam mal, um sistema de "participação restrita e autoritária", dirigido por um Estado que controlava o essencial dos recursos. Segundo ele, nenhum dos dois sistemas pode ser definido como autenticamente democrático. Apesar disso, o sociólogo está convencido de que o Brasil optou pela democracia, razão por que se declara otimista, mesmo reconhecendo que o chamado Brasil moderno foi derrotado, na recente disputa, pelo Brasil antigo. A seu ver, o Brasil também pode ser definido como país de capitalismo tardio, como o foram, na Europa, a Espanha e a Itália. Touraine compara o Brasil de hoje, à Espanha dos



Alain Touraine

anos 70-80 e à Itália dos anos 50-60, períodos em que os dois países se desenvolveram com grandes desequilíbrios regionais, mas levados por uma consciência nacional, com atores sociais mais ou menos organizados.

A CONVIVÊNCIA DO MODERNO E DO ARCAICO
Touraine explica também a manutenção no País do componente nacional-popular, mais nacionalista que populista, mesmo porque, no momento, não há grande coisa para distribuir, como ocorria no passado com o populismo distributivista. Neste particular, o elemento de

comparação de Touraine é a própria França, que viveu quase sempre de uma mescla de regime nacional-popular e regime democrático. No Brasil, o aspecto nacional-popular, representando os elementos mais arcaicos da sociedade, é mais forte, razão pela qual Touraine está convencido de que a evolução favorece a democracia representativa.

Para que isso aconteça, o sociólogo chama atenção para erro que não se pode cometer: o Brasil não se deve convencer de que é mais moderno ou mais arcaico do que realmente é. O exemplo citado foi a vitória de Jânio Quadros sobre Fernando Henrique Cardoso, para a Prefeitura de São Paulo. A seu ver, o erro foi ter uma visão muito mais moderna da realidade, mesmo em se tratando da cidade mais moderna do País. O que se verificou foi a existência de uma população dependente do clientelismo mais numerosa do que se imaginava. A classe média (incluindo os empregados na indústria) é muito importante, mas está longe de ser tudo. Por enquanto, o País moderno e o arcaico estão condenados a conviver, a "coabitar" para utilizar um termo em moda na França, pois segundo Alain Touraine, nas condições atuais, "não se pode dizer que um deles reúna condições de conquistar uma vitória definitiva sobre o outro". Isto ficou demonstrado na votação do sistema de governo pela Constituinte.

MILITARES SEM PROJETO AUTORITÁRIO

O diretor de estudos da Maison des Sciences de l'Homme não acredita na intervenção decisiva dos militares para a defesa de estruturas tradicionais. Lembrando que as rupturas provocadas pelas Forças Armadas têm ocorrido quando há uma crise grave, como em 1964, Touraine cita o governo João Goulart, que, a seu ver, contribuiu com a receita ideal para o golpe de Estado, através do movimento dos sargentos, por exemplo. Touraine diz, ainda, que na América Latina os regimes militares se definiram, na maioria das vezes, pela repressão antipopulista e mesmo antipolítica, e pergunta-se: "Os militares interviriam para fazer o que, diante de uma crise econômica de origem externa e da insuficiente pressão popular?" Na opinião do sociólogo francês, os militares brasileiros constituem, atualmente, mais um elemento de manutenção do sistema de transição para um sistema representativo do que elemento ativo de uma solução ativa. Mesmo no caso da eventual eleição de Brizola — que constituiria, a seu ver, uma vitória do Brasil velho —, na qual não acredita, não haveria razão para uma intervenção, pois, segundo ele, o Brasil não está em fase de excesso de demanda social, mas, ao contrário, em período de déficit.

AUSÊNCIA EXCESSIVA DE IDEOLOGIA

Alain Touraine considera que, na América Latina a política tem sido muito pouco ideológica, apesar de a ideologia ser um trunfo dos intelectuais latino-americanos. O próprio pensamento conservador é também pouco ideológico, na medida em que defende apenas o dinheiro. Atualmente, o que um país como o Brasil precisa é exatamente do contrário: "Os intelectuais brasileiros devem ser menos ideológicos, enquanto os políticos e a vida política deveriam ser mais ideológicos." Afinal, uma política de direita tem necessidade de uma visão de direita e de esquerda também. Touraine concluiu dizendo que o Brasil é um país com imensa capacidade de produzir idéias, sendo necessário ligar idéia, política e interesse social para encontrar por si próprio o caminho.